

FONTE : JOCLASS. : Energia / UHEXinguDATA : 16 12 88PG. : 11

19

Quanto vale a Amazônia?

Washington Novaes

Imagine o rio Danúbio, com louríssimas austríacas às suas margens dançando valsas de Strauss. Faça de conta que o rio Reno repleto de barcas povoadas de alemães alegres e cantantes — desemboque no Danúbio e engrosse seu leito. Suponha que o rio Po, depois de atravessar a Itália, também desemboque no Danúbio. Finja que o Ebro, cansado de percorrer terras de Espanha, resolva desaguar na mesma corrente. Que o Loire, o Sena e o Ródano, entediados de tanta paisagem francesa, juntem suas águas ao mesmo caudal. E que por insondáveis desígnios o próprio rio Nilo, farto de faraós, a todas essas águas se acrescente, para formar um rio formidável.

Se tudo isso acontecesse, às margens estaria um cenário digno dos melhores carnavais do Rio de Janeiro, tirolesas dançando com toureiros, camponesas com príncipes, felás com princesas. Mas estaria formado também um dos rios mais caudalosos do mundo. Com uma vazão igual à do rio Xingu.

Um rio de respeito, com certeza. Mas que vai ser todo modificado, com suas terras ribeirinhas inundadas em boa parte, no momento em que concretizarmos projetos de construção de várias hidrelétricas previstas no projeto "Brasil 2010", entre elas as de Cararáo, Babaquara e Juruá.

Quando elas estiverem prontas, pelo menos mais de 18 mil quilômetros quadrados de floresta estarão sob as águas das represas. E numerosas nações indígenas — como a dos Juruna, dos Arara, Cararáo, Xikrin, Asurini, Arawete, Parakana — terão perdido parte de seus territórios, que elas povoam imemorialmente e constituem a base física para culturas riquíssimas e admiráveis. Mas que são absolutamente desprotegidas, algumas delas contatadas por brancos há menos de cinco anos.

"Toda a bacia do Xingu sofrerá modificações ecológicas, demográficas e econômicas que estão sendo subestimadas, ignoradas ou ocultadas", advertem Leinad Ayer O. Santos e Lúcia M. M. de Andrade, organizadoras de um competente trabalho — *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas* — que a Comissão Pró-Índio de São Paulo acaba de editar.

Ali se pode ver como a tecnocracia brasileira continua a inverter a ótica das questões e aponta a natureza e os índios como "problemas ambientais" como se não fosse ela, tecnocracia, com suas obras, o problema — como assinala um estudo do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. Ele lembra também que tudo se passa sob inspiração da teoria da integração dos povos indígenas, que presume a sustentação física do índio, "mas justifica sua destruição enquanto membro de sociedades específicas, em nome do progresso" — vivo, sim, desde que morto como cultura — como, aliás, quase todas as culturas do terceiro, quarto e outros mundos.

A morte desses povos enquanto culturas diferenciadas da nossa está sendo planejada desde 1975, lembra o estudo. Desde quando se começou a estudar a construção dessas hidrelétricas, sem que essas sociedades, nem a nossa sociedade "branca", tenham o direito de discutir a questão. De propor, talvez, alternativas. De saber como serão aplicadas dezenas de bilhões de dólares em 76 hidrelétricas na região amazônica.

Dáqui para a frente, entretanto, a tecnocracia não poderá dizer que desconhecia riscos e problemas, assim como a necessidade

de discutir alternativas. O volume editado pela Comissão Pró-Índio, com estudos de mais de vinte cientistas qualificados, contém informações que não podem ser desprezadas. E a sociedade brasileira tem o direito de, no mínimo, vê-las confrontadas com outras razões. Para depois chegar a uma decisão democrática, que leve em conta não apenas as necessidades energéticas, mas também os dispositivos que protegem o meio ambiente e as sociedades indígenas na nova Constituição. E na Declaração dos Direitos Humanos, que está fazendo 40 anos.

A tecnocracia, em boa parte, ainda não se deu conta, aparentemente, de que o Brasil talvez seja o único grande país do mundo que ainda tem chance — por dispor de um imenso território não devastado, na Amazônia — de experimentar novas formas civilizatórias, que nos livres exatamente da parte mesquinha acumulada nas metrópoles por culpa principalmente de políticos e tecnocratas medíocres e insensibilizados.

Essa tecnocracia, que vive a conceituar modernidades pompas e vazias, pelo jeito ainda não percebeu que modernidade pode ser exatamente a possibilidade de construir novos formatos civilizatórios em espaços que o resto do mundo considera um patrimônio único e inigualável. Pois *The New York Times* não apontou como tarefa prioritária do novo presidente norte-americano colaborar para a salvação da Amazônia, por considerá-la patrimônio da humanidade?

Ainda há poucas semanas, a revista *Time* mostrava como serão investidos 5 bilhões de dólares para construir dentro do mar uma gigantesca parafernália mecânica que impeça a destruição de Veneza e seus tesouros culturais pelas marés altas.

Se Veneza vale uma missa e 5 bilhões de dólares, quanto valerá a Amazônia? Quanto valerão várias culturas inteiras que já vivem a democracia do consenso, antes que consigamos, entre nós, solidificar a democracia da maioria? Quanto vale a natureza intocada ou quase?

E por que não conseguimos conceber — antes que outros o façam por nós e nos vendam ou imponham — um projeto em que os países desenvolvidos (tão interessados na preservação, como diz todos os dias o noticiário) apliquem algumas centenas de bilhões de dólares sem perda de soberania para nós? Por que não imaginar formatos não predatórios para a região, modernos, atualizados tecnológica e conceitualmente, renunciando exatamente aos formatos que devastam? Por que não quantificar o custo dessa renúncia? Por que não mostrar que para compensar a renúncia serão necessários investimentos imensos em tecnologias não poluidoras, na geração de empregos compatíveis com a preservação (como seria, por exemplo, a contratação de milhares de fiscais para impedir qualquer devastação nas áreas reservadas)?

Por que não conjugar isso com questões como abatimentos da dívida externa, tal como já recomendam alguns especialistas? Mas será preciso discutir para valer supostos nacionalismos e soberanias que podem, perfeitamente, não estar em questão.

Não podemos continuar fazendo de conta que não sabemos que se vão afogar pedaços preciosos da Amazônia, afetar irremediavelmente patrimônios como o Xingu, deixar sob as águas quilombos de Goiás e as riquezas culturais de várias nações indígenas.

Até quando conseguiremos assistir de braços cruzados?

Washington Novaes é jornalista